



BIBLOS

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

VASCO GIL MANTAS

Universidade de Coimbra / CECH

O LEGADO HISTÓRICO ROMANO E A CRISE DO OCIDENTE CONTEMPORÂNEO

Resumo

A história romana, pela influência que exerceu até hoje na elaboração do pensamento político ocidental e pela indiscutível relevância civilizacional do Império, permanece como “lugar de retorno” recorrente, onde não poucas vezes se procuram modelos para ideologias ou respostas para situações de crise, como agora sucede.

Analisando a complexa e dramática história da Antiguidade Tardia, encontramos evidentes pontos de contacto com situações contemporâneas, coincidências sublinhadas por historiadores, escritores e politólogos, mas deparamos também com diferenças significativas, muitas vezes tacitamente ignoradas. Todavia, umas e outras obrigam a considerar os muito claros sinais de alarme contidos na evolução do mundo ocidental, sinais premonitórios de tempos difíceis, nos quais a tentação de renovar o passado pode conduzir a previsíveis efeitos perversos.

Palavras-Chave: Roma, Ocidente, Crise, Europa, Civilização.

Abstract

Roman history, because of its influence on the construction of Western political thinking and the unquestionable civilizational relevance of the Empire, remains as a ‘place of return’, sought as a model for ideologies or answers to situations of crisis, as it is the case now.

The analysis of the complex and dramatic history of Late Antiquity returns clear points of contact with contemporary situations, coincidences highlighted by historians, writers and political scientists but we also come across important differences, often tacitly ignored. Nonetheless, both force us to consider the clear signs of alarm contained in the evolution of the western world, which foretell times of hardship, during which the temptation of renewing the past may lead to predictable, perverse effects.

Keywords: Rome, Western World, Crisis, Europe, Civilization.

In Memoriam Jean Lartéguy

Ao longo dos anos que se iniciaram na transição do milénio, durante os quais se diluiu o conjunto de ilusões nascidas das grandes alterações políticas do final do século XX, desenvolveram-se situações de incómoda e nem sempre difusa insegurança que obrigam, mais uma vez, ainda que num cenário global, ou sobretudo por isso, a retomar a análise do que é, ou pode ser, o Ocidente, apesar do desgaste que o conceito sofreu nas últimas décadas. As realidades, para além de toda a mitologia da aldeia-global, encarregaram-se de lhe conferir novo fôlego e obrigaram a retomar questões que não são de hoje e para as quais as respostas, se à margem da *realpolitik*, permanecem difíceis. É natural que, na presente situação sócio-económica mundial, caracterizada pela intensificação de tensões de todo o tipo, a passagem de uma série de factores perturbadores de conjunturais a estruturais, obrigue a reconhecer a existência de uma crise generalizada, de forma alguma resultante de uma mudança súbita, pois deve considerar-se resultado de um acumular de situações voluntariamente ignoradas ou ingenuamente interpretadas.

Neste momento de inquietações renovadas, no qual, aliás, o espírito crítico nem sempre parece presente como deveria, a crise e as tentativas de resposta à mesma levam a repensar outras grandes crises históricas, uma das quais é, naturalmente, a que conduziu à queda do Império Romano. Poderá parecer anacrónica tal aproximação, e assim será se simplesmente houver uma transposição imediata das realidades de uma sociedade pré-industrial para o nosso complexo século. Todavia, conservando perspectivas de análise correctas, não deixaremos de encontrar semelhanças capazes de suscitar apreensão a quem nelas reflectir seriamente, como convém nestas matérias. A leitura, haverá meio século, das varonis e desencantadas obras de Jean Lartéguy, escritor recentemente desaparecido, fez-nos reflectir muito cedo nos revivalismos históricos e na essência das crises que demoliram impérios nos quais não podemos deixar de nos rever. A história de Roma, pela influência que exerceu na elaboração do pensamento político ocidental e pela sua indiscutível relevância cultural e civilizacional, projecta-se como um “lugar de retorno” recorrente, uma referência para diversas construções políticas que a reclamam como fonte inspiradora mais ou menos reconhecida, republicana ou imperial, consoante a tónica política de quem parte a iniciativa.

Não faltam exemplos desta procura de inspiração romana ao longo da história recente da Europa, e não apenas quando se trata do *Nuovo Impero Romano* de Mussolini¹, pois a história de Roma foi considerada paradigmática na Alemanha nacional-socialista², enquanto na União Soviética serviu de pano de fundo ideológico à teoria da luta de classes³. Se nos limitarmos ao espaço geográfico que entendemos, por razões culturais e políticas, como Ocidente, denominação desde logo reconhecidamente ambígua⁴, encontramos no outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos da América, a mesma inspiração formal, anterior mesmo à que se detecta nos primórdios da Revolução Francesa⁵. Não deixa de ser interessante e instrutivo verificar que, assim como em França se substituiu a inspiração da Roma republicana pela da Roma imperial, protagonizada por Napoleão, com as consequências que uma e outra destas opções tiveram na história europeia e colonial, na América o aspecto imperial se foi afirmando, sob várias formas, naturalmente, até aos dias de hoje, a ponto de muitos identificarem os Estados Unidos como a Roma actual, apesar das diferenças apontadas por não poucos politólogos a esta interpretação revivalista, aliás bem mais próxima da realidade romana, pelas suas características gerais, do que aquela tentada pela Itália fascista⁶.

¹ M. Munzi, *L'epica del ritorno: archeologia e politica nelle Tripolitania italiana* (Roma 2001); G. Zaffiri, *L'impero que Mussolini sognava per l'Italia* (Nápoles 2008).

² V. Mantas, "Arqueologia e ideologia. O caso germânico", *Revista Portuguesa de História* 38 (2006) 181-217; J. Chappoutot, *Le national-socialisme et l'Antiquité* (Paris 2008).

³ V. Diakov, *História de Roma* (Lisboa s/d) 31-41, 39-459; P. Petit, *La paix romaine* (Paris 1967) 373-379.

⁴ C. Lévy Strauss, *Race et histoire* (Paris 1988) 51-56; Ph. Nemo, *O que é o Ocidente?* (Lisboa 2005).

⁵ J. R. Ferreira, "Grécia e Roma na Revolução Francesa", *Revista de História das Ideias* 10 (1988) 203-234. São numerosos os símbolos de inspiração romana na heráldica dos EUA, alguns deles remontando ao período revolucionário, inspiração também reflectida no ideal igualitário idealmente presente na Constituição elaborada em 1787: P. Chaunu, *A América e as Américas* (Lisboa-Rio de Janeiro 1969) 174-176 E. W. Richardson, *The Standards and Colors of the American Revolution* (Filadélfia 1982).

⁶ C. Murphy, *Are we Rome? The Fall of an Empire and the Fate of America* (Boston-Nova Iorque 2007); M. L. Pearson, *Perils of Empire: the Roman Republic and the American Republic* (Nova Iorque 2008).

A sobrevivência da essência política de Roma como fermento de novas situações é um problema deveras complexo, do qual não podemos excluir a questão dos ciclos de crescimento, maturidade e decadência, interrompidos por períodos de crise passíveis de se prolongarem por séculos, como aconteceu após a queda do Império Romano do Ocidente, que se arrastou ao longo do século V. Este fenómeno de pretenso retorno identifica-se logo no período a que se vai chamando Antiguidade Tardia, no qual muitos historiadores querem ver uma transformação positiva de um organismo político obsoleto, esquecendo, talvez deliberadamente, o retrocesso civilizacional que então se verificou e o que caracterizou o quotidiano dos reinos bárbaros que se instalaram nos territórios ocidentais do Império⁷, conclusão lógica, quando a verdadeira autoridade mudou de campo, de um processo iniciado pelas próprios governantes romanos. Em termos estritamente políticos o facto de Constantinopla se assumir então como a segunda Roma é suficiente para demonstrar o carácter fictício da continuidade romana atribuída aos reinos bárbaros, nalguns casos patéticas tentativas de camuflar sociedades disfuncionais.

O papel do Cristianismo durante os séculos de hesitação que se estendem após a queda de Roma não pode ser esquecido, quer por razões de ordem cultural, entre as quais devemos sublinhar o esforço para preservar parte da herança literária clássica, quer por ter contribuído com uma militante visão unificadora do mundo de então, em detrimento das seitas à margem da ortodoxia, do paganismo e do Judaísmo, antes de se confrontar com o novo monoteísmo vindo dos desertos arábicos. Mas não nos iludamos, pois não foi nunca intenção do papado reconstituir de alguma forma o Império Romano, mesmo quando Carlos Magno parece ocupar o sólio imperial vacante no Ocidente desde 476. Tratou-se de uma ficção política na qual a sombra de Roma desempenhou seguramente uma função, mas o Império Carolíngio dificilmente pode ser considerado como um renascimento do Império do Ocidente, como a sua história imediata provou⁸, com sequelas que chegaram até aos nossos dias (Fig. 1). Na verdade,

50

⁷ E. Stein, *Histoire du Bas-Empire*, I (Bruxelas 1959) 365-399; R. Rémondon, *La crise de l'Empire Romain* (Paris 1970) 216-239.

⁸ R. Lopez, *O nascimento da Europa* (Lisboa 1965) 81-105; F. Cardini, *Carlomagno. Un padre della patria europea* (Milão 2002).



Figura 1 – O Império Carolíngio e o território franco-alemão tal como é na actualidade.

esta pretensa refundação do Império parece tão desajustada como a tentativa de recuperar a Itália e alguns territórios ocidentais empreendida por Justiniano, cujo esforço militar teria sido mais bem empregue na fronteira oriental, ou, se quisermos avançar para tempos mais recentes, como a manutenção do Latim, até 1848, como língua oficial do Sacro Império Romano-Germânico. Casos como estes pertencem sobretudo à área do imaginário no discurso político, subentendendo continuidades há muito desaparecidas, como a da terceira Roma, em Moscovo, sucessora assumida da potência bizantina, embora ao Império Bizantino tenha sucedido, verdadeiramente, o Império Otomano⁹.

A acção do Cristianismo foi fundamental para conferir unidade, a unidade possível quando caem os impérios, ao mundo ocidental. Mas, como dissemos, nunca foi intenção reconstituir o Império Romano moldando sobre ele a *Respublica Christiana*. As sequelas da crise que

⁹ D. Kitsikis, *L'Empire Ottoman* (Paris 1991).

levou ao saque de Roma pelos Godos, em 410, de tão grande impacto no mundo da época, mais pelo simbólico da tragédia do que pelas consequências geopolíticas, permitem esclarecer imediatamente esta questão. Das polémicas entre pagãos e cristãos que se desenvolveram à volta do caso, incompreensível para muitos na época, apesar de resultar de uma evolução irreversível, como o afastamento temporal que garante interpretações menos apaixonadas da história confirma, ressalta a intervenção de Santo Agostinho. Ora este Doutor da Igreja é claríssimo na sua *De Civitate Dei* a propósito da separação entre a cidade dos homens e a cidade divina, negando qualquer laço fundamental entre a Igreja e o Império¹⁰, construção mortal como todas as criações humanas. A vocação ecuménica exclui, desde logo, limites geográficos à ação cristã, sem negar que esta foi frequentemente apoiada pelo poder imperial, principalmente dentro da sua área de influência directa.

Nos momentos de crises graves o aspecto religioso ganha relevo, por razões psicológicas e políticas evidentes. Seria um erro trágico pretender que nos dias de hoje, e apesar do recuo aparente do Cristianismo em muitas regiões do globo, sobretudo na Europa, o factor religioso passou a ser irrelevante perante os ditames da economia, favorecidos pelo desmoronar das ideologias. Antes pelo contrário, pois como no Baixo Império se multiplicaram os cismas e as seitas cristãs, não poucas vezes por razões sociais e económicas, com graves consequências sobre a ordem interna e redobradas dificuldades na integração dos bárbaros que se iam instalando para cá do Reno e do Danúbio, hoje assistimos a reacções militantes de outras religiões que levaram ao conceito de choque de civilizações, decorrente de factores políticos, económicos e culturais, com particular destaque, naturalmente, para o Islamismo. Na pseudo aldeia-global as diferenças são grandes e parecem mais difíceis de gerir do que há 1500 anos, ainda que algumas das suas componentes básicas permaneçam inalteráveis.

Temos assistido à transformação do mundo durante várias décadas e, sem a pretensão de imitar escritores como Günter Grass e outros merecidamente conhecidos¹¹, vamos reflectindo sobre as mudanças de que nos apercebemos, mudanças de início aqui menos sentidas, por razões específicas da situação portuguesa. Mas também este aspecto

¹⁰ M. Christol / D. Nony, *Rome et son Empire* (Paris 1995) 254-256.

¹¹ G. Grass, *O meu século* (Lisboa 2001).

de falsa segurança recorda o sentimento romano de continuidade inalterável, do qual o acordar foi brutal. Quem pensaria, há 40 anos, que a sobrevivência de Portugal como nação soberana seria posta em jogo? No entanto, a evolução da Europa, da qual nunca estivemos separados, sublinhamos, apontava para um futuro em que prevaleceria a ideia de uma união construída sobre as ruínas dos estados-nações ou como tal considerados. Uma união deste tipo tende, como sempre, para uma hegemonia de tipo imperial, seguramente diferente do que foi o Império Romano nos seus melhores séculos.

Devemos, neste momento, considerar o conceito de império, tão maltratado nestes últimos tempos, sobretudo quanto se confundem com a antiguidade romana os impérios coloniais recentemente desaparecidos. Antes de mais devemos ter em conta que, apesar da instalação de colonos em grande número em torno da bacia mediterrânica, particularmente nos primeiros tempos do Império, essa esforço de colonização fez-se maioritariamente em áreas que não diferiam grandemente do ambiente itálico, ao passo que as colónias europeias modernas se espalharam por regiões pouco propícias pelas condições climáticas ou porque habitadas por populações dificilmente assimiláveis, por razões demográficas ou culturais. Por isso mesmo foi possível encontrar imperadores romanos oriundos dos confins balcânicos ou da fronteira arábica (Fig. 2), enquanto, como alguém sublinhou, nem no domínio da fantasia caberia admitir um príncipe indiano como rei inglês.

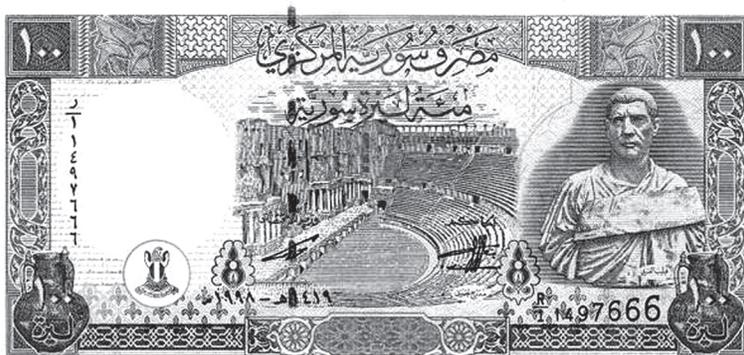


Figura 2 – Filipe, o Árabe, e o teatro romano de Bosra (anverso de nota de cem libras da República Árabe da Síria).

É certo que houve áreas privilegiadas que permitiram o desenvolvimento de colónias que puderam em determinada altura da sua evolução, contestar o domínio das metrópoles, pondo em causa o império, como sucedeu com a Revolução Americana que levou à independência e depois ao “destino manifesto” dos EUA. E, se neste caso a opção republicana prevaleceu, não lhe faltando símbolos herdados da tradição romana (Fig. 3), já o caso brasileiro foi diferente, sobrevivendo,



Figura 3 – Bandeira do Estado da Virgínia (EUA), com figura clássica (*Virtus*) subjugando um rei e legenda latina: *sic semper tyrannis*.

54

depois do término da colonização portuguesa, o princípio imperial, que garantiu a unidade do território contrariamente ao sucedido com a fragmentação política que caracterizou o fim da colonização espanhola na América central e do sul, dividida por numerosas repúblicas¹². No caso brasileiro podemos evocar uma situação parecida à da divisão do Império Romano por Teodósio, pois a monarquia portuguesa não foi alheia ao sucedido, como se sabe. As diferenças que existiam entre Portugal e o Brasil não eram menores do que aquelas que dividiam, nos

¹² Chaunu 203-223.

finais do século IV, o ocidente latino do oriente helenizado. Quer num, quer noutro destes dois exemplos existia, subjacente, uma crise grave.

Apesar das interpretações pós-modernistas, quase sempre marcadas por intenções ideológicas, curiosamente desenvolvidas quando o conteúdo do pensamento político parece, por todo o lado, estiolado, permitindo o avanço de absurdas teorias economicistas, evidentes em obras como as de Francis Fukuyama¹³, teorias ao serviço de uma globalização plena de contradições e de efeitos perversos, o conceito de império merece ser reavaliado. Na verdade, não deixa de ser perturbador encontrar interpretações opostas do Império Romano, para uns tão negativas como as que encontramos nos mais radicais cultores da crítica anti-colonial¹⁴, enquanto outros o apresentam como modelo próximo do triunfo da economia global e dos seus pressupostos políticos e culturais, inquestionavelmente positivo, portanto. Como tantas vezes tem sucedido na historiografia, muitos e bons investigadores caíram no logro das comparações e das identificações *engagées*, vulgares na prática da ciência histórica, mas nem por isso menos perigosas. A análise da decadência ou transformação do Império Romano é, em grande parte, uma longa crónica de interpretações ditadas por razões e crises de outros tempos.

Dissemos ser necessário reavaliar o conceito de império. Antes de mais um império é um lugar de coexistência desigual, não tanto por razões de ordem racial ou cultural, inegáveis, mas porque o poder é exercido por um grupo dominante. Todavia, este grupo pode ser oriundo da população local, caso do Império Alemão, do Império Austro-Húngaro ou do Império Russo até finais da I Guerra Mundial, característica mais evidente nos impérios continentais. Os impérios marítimos, pelo contrário, como foram o britânico, o francês ou o português, foram governados a partir de uma metrópole, ainda que com maior ou menor capacidade de inclusão na estrutura administrativa, de elementos coloniais. Ainda assim, esta explicação resulta demasiada-

¹³ F. Fukuyama, *O fim da história e o último homem* (Lisboa 1992). Este sociólogo neo-conservador alterou significativamente a sua visão do problema numa obra recente: *As origens da ordem política* (Lisboa 2012).

¹⁴ P. Williams / L. Chrisman (eds), *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: a Reader* (Londres 1993); J. C. Barret, “Romanization: a Critical Comment”, in J. C. Barret (ed.), *Dialogues in Roman Imperialism. Power, Discourse and Discrepant Experience in the Roman Empire* (Portsmouth 1997) 51-64.

mente simplista, pois se a Alemanha do *II Reich* (1870-1919) tinha uma população significativamente homogénea, já o mesmo não acontecia no Império Austro-Húngaro, por exemplo, pois o que nele existia era o predomínio da minoria germânica.

A história dos impérios marítimos é tão evidente no que toca às dificuldades de integração, apesar de nos casos francês e português não terem faltado tentativas nesse sentido, que não vale a pena tentar desenvolver comparações. As dificuldades vividas nestes casos por um arrastado processo de descolonização, em grande parte apoiado do exterior, não foram totalmente alheias às referidas tentativas de integração. Assim, o que conta é o grupo que controla o poder imperial. Se encontramos algumas semelhanças com a evolução do Império Romano, na qual o poder político passou gradualmente de um grupo itálico restrito para uma diversidade de representantes das províncias, sobretudo a partir do século III, esse processo foi e é extremamente limitado no mundo contemporâneo. A comparação entre o Império Romano e o fim dos impérios modernos também falha num aspecto fundamental, embora não totalmente, pois o Império do Ocidente foi vítima da incapacidade de controlar forças parcialmente representantes de uma dinâmica externa, embora tal só tivesse sido possível graças a uma evolução negativa do Estado romano, inegavelmente transformado por uma aculturação progressiva e incapaz de controlar a indisciplina militar¹⁵.

Devemos recordar que o Império Romano foi uma forte inspiração para o imperialismo dos séculos XIX e XX, sobretudo, como seria de esperar, naqueles países que dominaram regiões outrora controladas por Roma ou que, por razões históricas, se perfilavam como representantes privilegiados da Latinidade, como foram a França e a Itália. O discurso imperial britânico, apesar de teoricamente muito inspirado pela *praxis* romana, ou talvez mesmo por isso, foi muito pragmático, apesar das contradições em que incorreu. Os romanos são modelos a seguir, mas sem preocupações de identificação étnica por parte dos responsáveis britânicos, de ascendência evidentemente não latina. O império, é, antes de mais, apanágio e dever, doloroso por vezes, do homem branco,

¹⁵ A. Goldsworthy, *O fim do Império Romano* (Lisboa 2007). Esta obra, apesar de bem concebida e muito divulgada, não é particularmente inovadora na tese principal que apresenta.

como defendia Rudyard Kipling numa época em que a Europa ainda era o centro do sistema mundial¹⁶. Este conceito de esforço ao serviço da civilização como núcleo duro da ideia imperial é exactamente o que encontramos na Roma do Alto império, de forma talvez mais optimista, e que se esbateu algures no tempo entre os relevos da Coluna de Trajano e os relevos da Coluna de Marco Aurélio. Não devemos esperar reencontrá-lo no Ocidente minado pela hiper-valorização do individualismo e do lazer, ainda que não lhe falem agora sucedâneos, que as realidades negras da economia vão esboroando quotidianamente.

O caso mais importante de retorno ao passado romano no mundo colonial é, seguramente, o de França no Norte de África. No discurso oficial, tanto como no sentimento popular, a colonização francesa era apresentada como o retomar de uma missão civilizadora, conferida pela história à nação que se considerava o expoente máximo da Latinidade. Sem invocar aqui gestos românticos, como o do Coronel Carbuccia, oficial da Legião Estrangeira e arqueólogo, que ordenou à unidade que comandava honras militares perante o mausoléu de um seu antecessor romano da guarnição africana¹⁷, lembramos o que G. Charles-Picard, excelente conhecedor da África romana, escreveu no crepúsculo do domínio francês no Magrebe:

Le destin de la Berbérie et celui de notre pays ont été unis deux fois dans le cours de l'histoire: du milieu du I^{er} siècle avant Jésus-Christ au V^e siècle de notre ère, par leur participation commune à l'Empire romain; après 1830, par l'extension progressive de la domination française à l'Algérie, puis aux deux royaumes de Tunis et du Maroc.¹⁸

Não menos significativamente, o escritor Jean Lartéguy identificou sem rodeios os combatentes franceses na Argélia, sobretudo as tropas de intervenção, com os últimos defensores do Império Romano, agora transfigurado, e de novo perdido, nas terras africanas¹⁹.

¹⁶ H. Gollwitzer, *O imperialismo europeu* (Lisboa s/d). O poema de Kipling não se refere aos britânicos, antes podendo ser interpretado como uma advertência cordial ao nascente imperialismo norte-americano: R. Kipling, "The White Man's Burden", *McClue's Magazine*, XII 4 (1899) 290-291.

¹⁷ A.-P. Comor, *La Légion Étrangère* (Paris 1992) 101-103.

¹⁸ G. Ch.-Picard, *La civilisation de l'Afrique romaine*, (Paris 1959) 1.

¹⁹ J. Lartéguy, *Os Centuriões* (Lisboa s/d⁵); *Os Pretorianos* (Lisboa 1961⁶).

Encontramos o mesmo sentimento exaltado de regresso e continuidade de Roma em África no pensamento político italiano, e bem antes do advento do Fascismo. O alvo principal da acção desenvolvida pela Itália, foi a Líbia, conquistada a partir de 1911, território difícil e enorme, mas que tinha a vantagem de ficar muito próximo da metrópole. Os italianos desenvolveram uma importante acção, que levou no final dos anos trinta a constituir uma comunidade de várias dezenas de milhar de colonos, estabelecidos sobretudo nas áreas costeiras. A ideia de continuidade romana, fortemente exaltada pelo regime, era estimulada, como no Magrebe francês, pela presença de formidáveis ruínas urbanas romanas, como as de *Leptis Magna*, e pelos postos fortificados nos confins do deserto. Não faltaram monumentos grandiosos para marcar o regresso da romanidade, como o grande arco edificado nos limites da Tripolitânia e da Cirenaica, o *Arco dei Fileni*, sob o qual passava a *Via Balbia*, nome atribuído, a exemplo das vias romanas, em honra do Marechal Italo Balbo. A intenção italiana encontrava-se bem expressa na epígrafe que o monumento ostentava no ático: *Alme Sol possis / Nihil urbe Roma / Visere maius*²⁰.

Estas pretendidas continuidades, desaparecidas devido às grandes alterações geopolíticas iniciadas após a II Guerra Mundial, podem integrar-se num cenário de crise do Ocidente, se as não aceitarmos, e as suas consequências, como irreversíveis. Não é de estranhar que, no Norte de África, a presença romana seja por muitos, principalmente pelos responsáveis políticos e intelectuais locais, interpretada como um episódio simplesmente colonialista²¹. Por isso, o *Arco dei Fileni* foi destruído em 1969 por ordem do Coronel Khadafi, então chegado ao poder na Líbia; na Argélia, país de riquíssimo património antigo, o Museu de Cherchell escapou do vandalismo aquando da independência, em 1962, graças à acção corajosa de um dos seus guias argelinos. Situações como estas não são raras quando política e cultura se misturam, circunstância frequentemente inevitável e para a qual os dias de hoje exigem redobrada atenção.

²⁰ Horácio, *Carm. Saec.*, 9-12.

²¹ E. E-Nachioni, “Las primeras excavaciones en Volubilis (Marruecos): arqueología, história o simple colonización?”, *Pyrenae* 6 (1995) 161-170; M. Munzi, *La decolonizzazione del passato. Archeologia e politica in Libia dall’amministrazione alleata al regno di Idris* (Roma 2004).

Antes de nos embrenharmos mais nas complexidades que envolvem o Ocidente na dinâmica, um tanto descontrolada, da globalização, devemos precisar quais os componentes fundamentais do que entendemos como Ocidente. Como referimos inicialmente, não há qualquer possibilidade de recorrer a um modelo de base geográfica para definir um conceito que é essencialmente, e agora mais do nunca, cultural e político. No grande conjunto de nações que, de uma ou de outra forma se podem incluir comodamente neste grupo, observando prudência quanto à integração de outras de comportamento ambíguo, devemos, para facilitar a análise do binómio Império Romano-Ocidente, considerar dois grandes blocos: os EUA e a União Europeia. A estes blocos poderíamos associar outros Estados, próximos pelas relações privilegiadas ou pela cultura. Todavia, centrando-nos na crise do Ocidente não podemos alargar a análise para além de uma metodologia de causas e efeitos, quando se trata de potências alheias ao conceito definido. É evidente que a Arábia Saudita ou a República Popular da China pesam largamente na situação que se vive quer nos EUA, quer na UE, mas ninguém incluirá estes dois países no Ocidente.

Assim vistas as coisas, o conceito Ocidente parece caduco e inoperacional, ao que se opõe a evidente vontade de protagonismo à escala mundial que os blocos referidos pretendem continuar a exercer, tal como a Roma dos séculos IV e V procurou controlar e reorganizar um mundo que lhe escapava, porque a verdadeira crise já dera lugar a novas realidades. A crise, afinal, não é mais que o clímax da transformação. Como actualmente a ideia de uma democracia à escala global parece ser a proposta do exercício moral de projecção de forças do Ocidente, com todas as reticências que lhe conhecemos, Roma tentou actuar através da implantação do Cristianismo, no que teve um êxito limitado, em parte devido às diferentes disputas que longamente quebraram a unidade possível, concretizada demasiado tarde face aos problemas do final do Império. Também aqui, mesmo sem grande esforço, não deixamos de reconhecer semelhanças com a situação presente, e não nos referimos, naturalmente, a ideologias religiosas, novamente reintroduzidas num debate milenar.

As características globais da economia de mercado contemporânea, tanto como as fantasias desenvolvidas à volta de um sistema que sacrifica as identidades políticas e culturais, assente numa filosofia de procura de lucro onde ele seja possível, são muitas vezes comparadas às

que existiram no Império Romano, e isto tanto nos EUA como na UE, esquecendo os seus defensores, na multiplicação de lugares comuns, diferenças de porte, entre as quais sublinhamos já o percurso histórico do Império a partir de inícios do século III. Na verdade, a crise do Império Romano teve tanto a ver com alterações culturais e políticas como com a tendência autoritária e uniformizadora que se impõe pelos finais do século III, numa tentativa violenta de mitigar profundos problemas económicos, sociais e militares. Existe ainda uma civilização romana, reflectida nos seus aspectos materiais, mas perdeu-se entretanto a força vital da qual nascera e se desenvolvera o Império. É mais fácil aceitar o bárbaro do que tentar vencê-lo ou integrá-lo.

Retomando a tese de Spengler (Fig. 5), hoje tão pouco lida²³, podemos considerar que Roma atingira o estágio em que a cultura cede à civilização, esvaziando-se da essência que mantém vivas as grandes

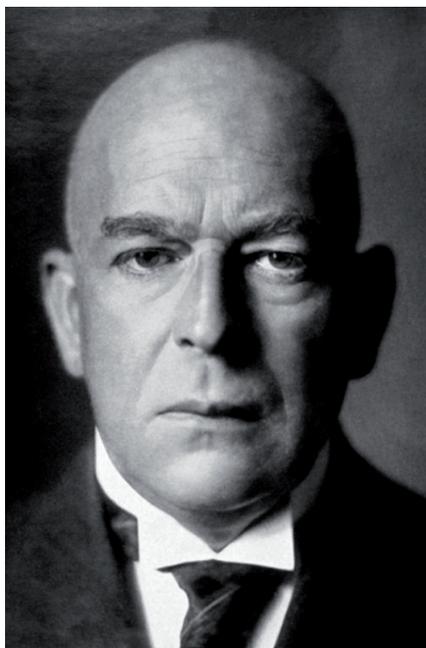


Figura 5 – O filósofo e historiador alemão Oswald Manuel Gottfried Spengler.

²³ O. Spengler, *Der Untergang des Abendlandes. Umriss einer Morphologie der Weltgeschichte*, I-II (Munique 1918-1922).

comunidades humanas. Numerário idêntico para todo o Império, temas imponentes, circos um pouco por todo o lado, mosaicos com temas que se repetem da Lusitânia à Síria, vias e portos por onde continuam a circular os viajantes de um império universal, mas onde está o espírito cívico, de cuja ausência numa sociedade antiga o primeiro sintoma é a recusa do serviço militar? Que aconteceu a Roma, em Roma? Que originou o cansaço e a vontade de repouso de que falava Amiano Marcelino pelos finais do século IV, quando Godos e Hunos começavam a fazer-se sentir como ameaças reais? Não pretendemos, evidentemente, traçar neste artigo uma análise das múltiplas teorias em torno da crise e queda do Império, tão só proceder a um despreocupado exercício de sinal contrário ao que os optimistas defensores da identidade de situações entre Roma e o Ocidente contemporâneo propõem, sem abdicar por isso de uma visão de futuro para a Europa como comunidade forte.

Vivemos numa sociedade em que o famigerado conceito da aldeia-global esconde realidades incómodas. No quotidiano afegão actual, por exemplo, não faltam, a par de muitas armas AK-47, outros produtos civilizacionais característicos de mundos diferentes e longínquos, sem que isso constitua prova de alguma mudança cultural significativa. A civilização, ou o que se considera próprio dela, centros comerciais, spa's, automóveis ou estádios mais ou menos olímpicos, não são prioritariamente reflexos culturais, antes afirmam modas, interesses e estados de espírito, condicionando a cultura, transformada, em nome da uniformidade estabelecida sobre os chamados valores emergentes, numa miscelânea. Quando em Roma a *Civilitas* e aquilo que lhe era intrínseco cederam a uma descontrolada versão cosmopolita, a tentativa de salvaguarda do Império foi, como dissemos, a uniformidade forçada e a violência, legal e ilegal. O legado histórico romano permanece realmente presente, mas nem todos atentam aos indícios de situações graves que se vão instalando e que, no conjunto, consubstanciam a crise do Ocidente, muito longe de se limitar a uma crise económica sem *New Deal* à vista.

O mundo romano era rodeado por outros, conhecidos ou pressentidos, e com os quais existiam contactos, directos ou, como no caso da China, indirectos²⁴. Na actualidade, o Ocidente, tal como sumariamente o

²⁴ M. Wheeler, *Rome Beyond the Imperial Frontiers* (Harmondsworth 1955); L. Ying, "Ruler of the Treasure Country: the Image of Roman Empire in the

definimos, vizinha com entidades políticas relevantes, como acontecia com o Império Romano, em relação, por exemplo, ao Império Persa, cuja história e cultura lhe determinaram sempre um papel activo e recorrente. Todavia, contrariamente ao que hoje se verifica, para além do interesse em controlar determinadas rotas comerciais, o que levou Roma, a pretexto da recuperação da política oriental de Alexandre, a envolver-se em guerras inglórias na fronteira oriental (Fig. 6), as regiões para além do *Limes*, ainda que a doutrina do Império sem limites constituísse um *topos* ideológico incontornável²⁵, não eram imprescindíveis para a sobrevivência romana. Este aspecto fundamental põe em causa, à partida, quaisquer tentativas comparativistas entre presente e passado.



Figura 6 – Baixo relevo triunfal de Shapur I em Naqsh-i-Rustam (Irão), celebrando a captura de Valeriano e o pedido de treguas de Filipe, o Árabe (?).

Chinese Society from the First to the Fourth Century AD”, *Latomus*, 63, 2 (2004) 327-339.

²⁵ Virgílio, *Aen.*, I, 278-279. Os avanços e recuos do *Limes* reflectem bem a permanência de uma política de expansão, dificilmente contrariada, com consequências negativas, por Adriano: Ch. Whittaker, *Les frontières de l’Empire Romain* (Besançon 1989) 23-50; Rémondon 319-324.

Uma civilização industrial, agora dita pós-industrial e de lazer, precisa de matérias primas e não pode sobreviver sem controlar, de alguma forma, produtos estratégicos, sobretudo minerais e alimentares, estejam eles onde estiverem²⁶. Em alternativa, desaparecerá no caos.

Os historiadores têm discutido longamente as consequências da divisão do Império por Teodósio. O facto em si não constituiu uma novidade, pois não faltavam exemplos de divisão aceitavelmente constitucional do mundo romano, com destaque para o sistema tetrárquico, mas a questão ganha novos contornos, pois divide definitivamente o Império em dois, ainda que teoricamente solidários²⁷. Ora sucedeu que o resultado da *partitio imperii* nem sempre foi concorde com a solidariedade pretendida, normalmente com maior prejuízo para o Império do Ocidente. Temos, desta forma, duas entidades políticas que conheceram, depois de 395, destinos bem diferentes. O Império do Ocidente conhecerá desastres consecutivos até 476, enquanto o Império do Oriente, através de mutações que em parte são um retorno à essência helenística e oriental dos seus territórios, vai manter-se até 1453. A crise definitiva ocorreu, portanto, ao longo de um século V, incidindo sobre dois Estados, um em Ravena, outro em Constantinopla. Seja como for, já aqui não encontramos Roma, a não ser como vítima de saques e desordens, assim como muito pouco, se ainda sobrevivia alguma coisa, do que fora o pluralismo e a tradição clássica do Império Romano, apesar das ilusões de alguns²⁸.

A história do mundo romano e da sua evolução política permitem, mais uma vez, uma comparação com o mundo contemporâneo ocidental, neste caso sem necessidade de complicados exercícios de imaginação. Na verdade, os dois impérios que enfrentaram os problemas do século V, que, tal como hoje, não se limitaram a questões de ordem militar,

²⁶ A luta pelo acesso ao petróleo é hoje evidente, podendo considerar-se como um dos objectivos da grande estratégia dos EUA, como era fundamental para Roma o aprovisionamento regular de cereais e de outros produtos alimentares. O exódo dos metais nobres para além do *Limes*, muito gravoso para a economia romana, sugere que se tenha mais atenção à drenagem de ouro e prata a que se assiste presentemente na Europa.

²⁷ A. H. M. Jones, *The Late Roman Empire*, I (Oxford 1964) 238-265; Rémondon 256- 262.

²⁸ R. Chenault, *Rome without Emperors: the Revival of a Senatorial City in the Fourth Century CE* (Michigan 2008).

podem assimilar-se às duas grandes entidades políticas existentes no seio do Ocidente: a União Europeia, de fronteiras ainda indefinidas, e os EUA, superpotência à escala mundial cujo número de bases militares no exterior ascende a várias centenas. Bruxelas e Washington correspondem, evidentemente, a Ravena e a Constantinopla. Mesmo sem desenvolverem esta imagem política, não faltam norte-americanos que imaginam os EUA como uma espécie de Império Romano modernizado, embora divididos pelas duas imagens que ele sempre teve do outro lado do Atlântico, da mesma forma que muitos europeus identificam a União Europeia com o Império Romano, pelo menos na sua diversidade politicamente organizada, não como uma potência militar. Se assim é, esperam-nos tempos complicados, como sugere a presença em vários países de comissões de avaliação e de controlo financeiro que bem podemos comparar com os *Curatores Reipublicae* que, a partir do século III, assumiram a gestão das finanças nas cidades do Império.

Das duas entidades referidas, o núcleo de um mundo ocidental cuja identificação é facilitada por outros quando o caracterizam como tal, afirmando assim a sua pertença ao que lhe é estranho, parece não haver dúvidas quanto ao domínio da parte correspondente ao Novo Mundo. Nem vale a pena divagar sobre importâncias relativas, pois mesmo a nível cultural, a Europa deixou-se influenciar, a todos os níveis, pelos modelos anglo-saxónicos, ou seja, fundamentalmente norte-americanos. Não dizemos que isto é bom ou mau, apenas constatamos uma realidade à qual os europeus procuram reagir, nem sempre da melhor forma, convenhamos. Depois de 1945, a Europa foi em parte uma colónia (Pacto de Varsóvia) e em parte um protectorado (Organização do Tratado do Atlântico Norte), tal como Roma veio a ficar gradualmente dependente dos bárbaros que finalmente eliminaram o Império do Ocidente. Sem desconhecer a existência de valores comuns aos europeus e aos americanos, parecem também evidentes fracturas significativas entre uns e outros. Por isso, a União Europeia não deve moldar-se sobre o modelo dos Estados Unidos, antes deve procurar o exemplo da Confederação Helvética. As nações percorrem o seu caminho histórico e os ideais que inicialmente as impulsionaram podem conhecer mudanças, capazes de gerar afastamentos, oposições e conflitos, a evitar em nome da sobrevivência.

Entre Bruxelas, uma simpática cidade de burocratas, e Washington, um imponente centro de poder, as diferenças são grandes. Só sentimos

o ambiente imperial na última, como o sentimos, na Europa, em Viena de Áustria, mas aqui emanando uma elegante e melancólica resignação. A Europa, e é natural que assim seja depois das duas grandes guerras que a assolaram, corresponde mais facilmente à impressão transmitida por Viena do que a qualquer outra. É certo que Bruxelas pode ser considerada um símbolo da União Europeia, como Roma pouco mais era que símbolo de um passado perdido, pois a imagem do poder se refugiara para além dos pântanos de Ravena. Estará o autêntico poder em Bruxelas, ou devemos, como no Império do Ocidente, procurá-lo noutra local? As realidades presentes e a evolução político-económica da UE não permitem dúvidas quanto à deslocação para Leste do verdadeiro centro do poder. Também neste caso estamos perante uma situação de migração do centro de decisão, ditada por razões inelutáveis de *realpolitik*, tal como na Antiguidade

O arqueólogo inglês Brian Ward-Perkins, cujas opiniões sobre a queda de Roma e as suas consequências têm merecido muitas e imerecidas críticas²⁹, em parte ditadas pela dificuldade que muitos sentem em compreender a diferença existente entre história, contínua, e civilização, caracterizada por ritmos intermitentes, teve o mérito de relançar uma discussão académica clássica. A queda do Império do Ocidente foi desastrosa do ponto de vista civilizacional, mas em termos puramente históricos não se pode rotular, cremos, como boa ou má, a menos que queiramos regredir cientificamente. Já não é assim quando tomamos Roma como paradigma de Estados contemporâneos. Seja como for, a verdade é que a identificação do Império Romano com situações actuais implica perigos e desvios, inevitáveis quando o passado é chamado a uma função política, como tantas vezes tem sucedido e, não tenhamos quaisquer dúvidas quanto a isto, vai continuar a acontecer. Todavia, se de alguma forma procuramos uma identificação com a Roma imperial, então é bom que atentemos aos sinais de alerta que, na crise do Ocidente contemporâneo, se podem identificar com aqueles que a história romana nos legou, e não são poucos.

Uma obra recente, publicada no Chile³⁰, interpreta a evolução do Império, entre Augusto e Caracala, como um fenómeno semelhante ao

²⁹ B. Ward-Perkins, *A queda de Roma e o fim da civilização* (Lisboa 2005).

³⁰ A. Molina, *Orbe Romano e Imperio Global. La romanización desde Augusto a Caracalla* (Santiago de Chile 2007).

da globalização actual, o que, desde logo, corresponde a uma abusiva interpretação da história, então muito longe ainda da história universal a que nos habituámos nos jornais e nos telejornais, tantas vezes ao serviço da ditadura científica contra a qual alertou Aldous Huxley³¹. Mas o autor não hesita atribuir o êxito romano na construção do império global, cujo clímax considera ser a *Constitutio Antoniniana* de 212, ao liberalismo e à economia de mercado, esquecendo que o alargamento da cidadania implicou, forçosamente, o enfraquecimento do espírito cívico, sobre o qual assentava basicamente a cidade antiga, construída sob a pertença a uma comunidade. E no centro deste processo, que Alejandro Molina considera tender para uma fusão igualitária concretizada pela política populista de Caracala, encontramos elementos característicos da globalização e outros considerados fundamentos da romanização que nos obrigam a recordar os EUA como lugar central da globalização.

Temos aqui matéria para longas discussões, mas creio ser suficiente sublinhar que não existe no Império Romano nada que se possa considerar um projecto de romanização generalizada das classes inferiores, tanto mais que os cidadãos, durante a maior parte dos séculos I e II não ascendiam a mais de uns 8% da população total. Mais difícil ainda de sustentar é a referência ao liberalismo do Estado, o qual entra em colapso com a crise do século III, da qual emerge o totalitarismo orientalizante inaugurado pela Tetrarquia, única resposta à balbúrdia que assolou o Império. Será difícil encontrar paralelos recentes para esta situação? Na verdade, a cidadania deixa de ser um privilégio e passa a ser um peso, muitas vezes difícil de suportar, sobretudo fora de Roma, desenhando-se uma situação que vai levar gradualmente ao afastamento das velhas elites romanas, refugiadas num saudosismo inconsequente, e a uma orientalização ideológica do poder, ao qual não interessam cidadãos, mas apenas súbditos que satisfaçam as obrigações fiscais de forma a manter uma burocracia complexa e a obter os meios para pagamento dos mercenários mais ou menos bárbaros em que se vai transformando o exército dito romano.

Para agravar a situação, o multiculturalismo, anteriormente gerido pela hegemonia romana com grande flexibilidade, cedeu lugar a práticas de unidade forçada, causadoras de não poucas perturbações,

³¹ A. Huxley, *Regresso ao admirável mundo novo* (Lisboa s/d) 15-22, 244-245.

reconhecíveis na própria tragédia do saque de Roma em 410. Mais uma vez não podemos deixar de considerar a existência de situações perigosamente parecidas com algumas que vamos vivendo. De tudo isto resulta que a evocação do passado romano como modelo para o presente choca com as características do Alto Império, onde aliás se podia viver à romana sem ser romano, no sentido jurídico do termo, e com o carácter autoritário da Tetrarquia e do chamado Império Cristão³². A falência dos sistemas ideológicos herdados do século XVIII e XIX e dos que lhe sucederam³³, conduzindo ao medíocre exercício da cidadania que actualmente se verifica em muitos países ocidentais, com aceitação pouco crítica de soluções apresentadas como sem alternativa, levou a uma situação de estranha euforia, sustentada por políticas e práticas sociais que recordam a metáfora romana *panem et circenses* no seu sentido mais negativo.

Os ideólogos da União Europeia não se cansam de apresentar o Império Romano como modelo de uma Europa unida, esquecendo, por ignorância ou deliberadamente, alguns aspectos essenciais. O eclodir de uma crise inevitável, porque tudo se estabeleceu sobre uma economia fictícia, com reduzida produção e excesso de importação, com conseqüente desemprego maciço, descobriu rapidamente muitos dos equívocos em presença. No Império, apesar de uma suspeitada crise demográfica a partir de finais do século II, a entrada de populações vindas do outro lado do *Limes* não implicou dificuldades laborais aos habitantes do mundo romano, ao passo que na Europa actual a gravíssima queda demográfica verificada nos últimos cinquenta anos, em parte compensada, com os respectivos custos, por uma emigração maioritariamente não europeia, não impediu o crescimento galopante do desemprego, com resultados desastrosos para as políticas sociais e para o futuro do projecto europeu.

O Império Romano nunca foi desenvolvido sobre uma ideologia económica, tanto mais que não existia propriamente uma base teórica para tal. Pelo contrário, a UE acabou por derivar para uma situação na qual os problemas económicos prevalecem sobre todos os outros,

³² M. Grant, *O mundo de Roma* (Lisboa 1966) 88-154; F. Lot, *La fin du monde antique et le début du Moyen Âge* (Paris 1968²) 109-143; J. Ellul *Histoire des institutions dans l'Antiquité* (Paris 1963) 548-565.

³³ J. Dunn, *La agonía del pensamiento político occidental* (Cambridge 1996).

fazendo sobressair as dificuldades reais de constituição de um bloco político verdadeiramente solidário. A forma como as dificuldades gregas têm sido tratadas ilustra bem uma realidade desagradável. Se a Antiguidade Clássica é, justamente, um dos pilares culturais e identitários do Ocidente³⁴, não é menos verdade que a componente humanística no ensino, mesmo no ensino universitário, vai decaindo sempre, e a Grécia, símbolo completo do ideal europeu e ocidental até há pouco, passa a ser apresentada como uma Caixa de Pandora, de onde saem todos os males para a Europa. É verdade que a Grécia tem uma forma peculiar de gerir as coisas, como já os romanos tiveram oportunidade de verificar no século II a.C., mas o que se vai passando lembra, mais do que o Império Romano, o tempo das desilusões da Liga de Delos³⁵.

Outra questão complicada, do ponto de vista étnico-cultural, é o facto de o Império Romano não ter sido estritamente europeu, embora o seu centro de poder se situasse na Europa. Mas era um império que se dividia por três continentes, e em todos eles havia cidadãos de pleno direito, independentemente da cultura ou da raça, mesmo antes de 212. Estará a Europa disposta a fazer o mesmo, apesar dos discursos dos seus responsáveis? E até onde podem ir as fronteiras da UE, face a problemas de integração como o da Turquia, cuja importância como potência regional se afirma rapidamente, ou o da Federação Russa, por agora um gigante perturbado? Cremos que estas questões estarão adiadas durante muito tempo e a sua solução dependerá em larga medida da evolução do modelo europeu, sob pressão crescente das forças centrífugas características da história europeia, por vezes contrariadas por personagens inspiradas pelo êxito romano, como Napoleão, tanto como da crise da economia neo-liberal, global.

Finalmente, e para não prolongarmos em demasia estas reflexões pouco optimistas, lembramos um problema quase sempre escamoteado do exemplo romano, que é o do centro do poder. Na verdade, ainda

³⁴ A. Michel, *Histoire des doctrines politiques a Rome* (Paris 1984²) 117-125; M. H. da Rocha Pereira, “Raízes clássicas da União Europeia”, *Boletim da Faculdade de Direito* 4 (2008)11-24.

³⁵ H. Kitto, *Os Gregos* (Coimbra 1960) 191-195; E. Gruen, “The origins of the Achaean War”, *Journal of Hellenic Studies* 96 (1976) 46-69; Christol / Nony 69-71, 82-83.

que se prepare uma constituição em que a maioria dos países membros possa perder votações nas quais um número muito reduzido de outros, mas com maior potencial demográfico, imponha a sua vontade, a ideia fundadora era bem diferente. Ora aqui encontramos duas questões insolúveis, para já não falar do que de discutível existe neste princípio baseado numa pretensa igualdade entre cidadãos da UE, ainda difícil de discenir. Ora, a menos que aceitemos um governo europeu único, estabelecido em Bruxelas ou, talvez, em Berlim, a comparação com o Império será sempre uma simples miragem, pois no caso romano, estivesse a capital onde estivesse, o poder permanecia monopolizado, excepto quando os usurpadores o contestavam aqui ou ali. Desta forma, um modelo centralizado implica a definitiva perda de soberania dos países pertencentes à UE, cujo primeiro passo correspondeu à introdução do Euro. Outro aspecto oposto a uma comparação com Roma, é o da votação nos comícios durante o período republicano, que terminava logo que um determinado número de unidades de voto atingia a maioria, mesmo que as restantes contassem com um número de eleitores superior³⁶, situação inversa à que se propõe no futuro para a UE. Tudo pesado, e atendendo a que grande parte da Europa contemporânea nunca fez parte do Império Romano, a comparação estabelecida parece limitar-se a uma atitude inspiradora, mais ou menos revivalista, alvo das machadadas da *realpolitik*.

Se quisermos ser racionais não é difícil concluir que o projecto europeu, como se desenvolveu, se aproxima muito mais do Império Carolíngio, franco-alemão, assim como, em certos aspectos evoca algo da ideologia desenvolvida pela Alemanha a partir de 1941, e que levou à constituição do que foi a primeira força militar supra-nacional europeia³⁷. O caso dos EUA, salvaguardando algumas nítidas semelhanças com o Império Romano, entre os quais a obsessão em manter o *status quo* mundial, o que, segundo Cullen Murphy, tem levado os norte-americanos a incorrer no excesso de confiança que os gregos designavam como *hybris*, com dramáticos resultados, acusa algumas diferenças significativas. Porém, acima das diferenças, Murphy sublinha como extremamente perigosos alguns aspectos que se identificam na

³⁶ J. Rougé, *Les institutions romaines* (Paris 1969) 28-35.

³⁷ W. Odegard / R. Deeter, *Foreign Volunteers of Hitler's Germany* (Londres 1968).

crise romana e na do mundo ocidental: custos militares excessivos, empobrecimento, enfraquecimento dos padrões de recrutamento, em parte relacionado com os problemas da emigração, tendência para a privatização do poder, este último em rápida progressão e que pode considerar-se idêntico à concentração do poder num grupo social muito reduzido, na Roma do Baixo Império³⁸. Curiosamente, o autor alude aos EUA como a nação mais religiosa do planeta, o que nos faz lembrar a explicação de Cícero e de Lívio para o êxito romano na conquista do Mediterrâneo³⁹, levando-nos novamente às coincidências entre os dois poderes, romano e americano.

A crise actual de um mundo ocidental que se definiu sobretudo após 1945 e ao longo da Guerra Fria pode considerar-se como a terceira no decurso de um século. Logo após o final da I Guerra Mundial, cujos tratados que lhe puseram fim continham o germe inevitável da que se lhe seguiu, um autor francês escreveu em 1932, meses antes da vitória eleitoral de Adolf Hitler:

Dans l'après guerre les vainqueurs sont ruinés comme les vaincus. Pour tous s'ouvre une longue période de misère, propice aux convulsions politiques. Mais peut-être, avec le recul du temps, l'histoire retiendra-t-elle que, dans cette effroyable tourment, trois mouvements se sont dessinés, dont il est impossible de montrer les conséquences lointaines: l'irrésistible montée des masses; la formation d'une conscience internationale; la décadence de la vieille Europe. Des peuples jeunes cherchent à lui ravir le flambeau qu'elle a porté triomphalement pendant des siècles.⁴⁰

A que povos se referia Robert Cohen, nas vésperas da segunda crise do Ocidente, fatal para a Europa, não temos hoje dúvidas, encontrando-se alguns deles no centro da terceira crise, a que agora experimenta os mitos da construção europeia e da solidariedade ocidental. Também em Roma entraram em cena, no século V, povos jovens e, com eles, nasceu verdadeiramente a Europa.

³⁸ P. Comstock, "A talk with Cullen Murphy", *California Literary Review* (<http://calitreview.com/231>: 27.6.2007). Alguns dos paralelos estabelecidos por Murphy devem, todavia, ser considerados com reserva.

³⁹ Cícero, *De harusp.*, IX, 19; Lívio, I, 6.

⁴⁰ R. Cohen, *La Grande Guerre. 1914-1918* (Paris 1932) 62.

Sinais de crise num mundo que acarinhou como seu o ideal greco-romano da beleza podem ver-se na transformação das formas artísticas no Baixo Império, quando surgem formas brutescas, afastadas da lógica e da disciplina clássicas (Fig. 7), que obrigavam sempre a considerar um horizonte *plus ultra*, inatingível mas sempre presente, como entendeu María Zambrano⁴¹, e cuja evolução negativa atingiu, ao longo das últimas décadas, o irrisório, a ponto de ser denunciada em obras tão díspares como o último álbum de Hergé, inacabado⁴², e a autobiografia de Günter Grass, onde lemos:



Figura 7 – Os quatro tetrarcas numa escultura em pórfiro reutilizada na fachada da Basílica de S. Marcos, em Veneza.

⁴¹ M. Zambrano, *A agonia da Europa*, (Lisboa 2012) 97-101.

⁴² Hergé, *Tintim e a Alph-Art* (Lisboa 2004).

Poderíamos fazer pouco da tralha das instalações e da superficialidade em voga, da mania dos vídeos tremeliquentos e do saltitar de event em event, da sucata proclamada como sagrada e do vazio a abarrotar do eterno presente no domínio da arte.⁴³

Será preciso dizer mais sobre a crise de mentalidades que nos aflige, afinal não muito diferente da que explica o ocaso do Império Romano e a sua conseqüente queda?

O mundo ocidental foi construído ideologicamente sobre contributos greco-latinos, germânicos, eslavos e semitas, mas sempre de acordo com uma visão interior própria. Perdida esta orientação caímos vítimas da tralha material e da sucata ideológica com que muitos pretendem ainda disfarçar o evidente. Analisando as crises vividas pelo Império Romano tardio, encontramos indubitavelmente pontos de contacto com o nosso tempo e, portanto, avisos que devem ser seriamente considerados. As soluções empreendidas para enfrentar as dificuldades em Roma, quando funcionaram, nem sempre correspondem ao desejável no presente, carente de ideias renovadoras e de um novo humanismo, mais profundo e menos folclórico, na aceitação de que o passado, seja qual for, é passado, podendo a sua recuperação política suscitar efeitos perversos incontroláveis⁴⁴, à margem tanto do mito do eterno retorno como do apregoado fim da história, sem deixar de estar incomodamente presente, como a obra de Lartéguy, camarada de guerras perdidas, tantas vezes faz sentir:

Os centuriões de África acendiam enormes fogueiras sobre os picos do Atlas do Sara, para fazer crer aos Númidas que as legiões continuavam vigilantes. Mas um dia os Númidas souberam que eles não eram mais do que um pequeno grupo, e degolaram-nos, enquanto os seus camaradas que tinham fugido para Roma, para esquecerem a própria cobardia, elegiam um novo César.⁴⁵

⁴³ G. Grass, *Descascando a cebola* (Lisboa 2008³) 254.

⁴⁴ C. Shore, “Imagining the New Europe: identity and heritage in European Community discourse”, in P. Graves-Brown / S. Jones / C. Gamble (eds), *Cultural Identity and Archaeology. The Construction of European Communities* (Londres 1996) 96-115.

⁴⁵ Lartéguy (s/d⁵) 368.